

Conservação ambiental

Cidades sustentáveis

Os municípios do futuro deverão controlar os resíduos e serão bem arborizados

Por Marcelo Machado Leão

Parece até um sonho, mas estamos caminhando gradativamente para a construção de cidades mais sustentáveis, que gerenciam adequadamente os resíduos produzidos pela população, e em que a arborização urbana cumpre suas importantes funções ambientais, além de proporcionar mais conforto aos seus moradores.

Observa-se que, em todo o país, estão surgindo inúmeras iniciativas positivas nessa direção, que só poderão ser efetivamente consolidadas, no entanto, se contarmos com o apoio efetivo dos administradores públicos e com a participação da comunidade.

Um dos marcos dessa mudança foi o estabelecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, que obriga todas as cidades brasileiras a adotarem modelos de gestão adequados para os resíduos sólidos. Essa legislação contempla conceitos do potencial econômico daquilo que se convencionou chamar de "lixo", mas que, na verdade não é, considerando a possibilidade de reaproveitamento de muitos materiais, hoje descartados com rejeitos.

São muitas as variáveis que interferem na geração de resíduos, como por exemplo, a renda da população, a densidade demográfica, o nível de consumo, os avanços tecnológicos e os hábitos culturais da sociedade, mas o grande objetivo é reduzir os volumes coletados e enviados à destinação final - os aterros sanitários.

Por sua vez, o conceito de "lixo econômico" permite a implementação de políticas públicas que nortearão ações de inserção social camadas da sociedade consideradas excluídas, criando as condições necessárias para a geração de emprego e renda, com base na organização de grupos coletores e aumentando, ainda, o comprometimento da população em geral, sempre sensível às ações percebidas como políticas eficientes e sérias.

Verifica-se que a Política de Resíduos Sólidos proporciona inúmeros incentivos financeiros e tratamento diferenciado para atividades consideradas "amigas do ambiente". Dentre os instrumentos econômicos que podem ser aplicados após da regulamentação da Lei n. 12.305/2010 estão o depósito reembolsável, o tributo ambiental (princípio do poluidor-



Estudo mostra que 96,30% do volume de lixo coletado poderia ser reaproveitado, transformado em dinheiro



Coleta seletiva na região de Jundiá: exemplo



A arborização urbana traz inúmeros benefícios

ENCONTRO TÉCNICO

Gestão de resíduos e arborização

O Encontro Técnico sobre Qualidade Ambiental Urbana, a realizar-se nesta quinta-feira, no Espaço Propark, em Piracicaba, analisará os aspectos mais importantes das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos e de arborização urbana, visando a sua racionalização e o aperfeiçoamento dos serviços prestados à população. O evento, direcionado especialmente a dirigentes municipais, contará com a

participação de pesquisadores e de professores doutores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, bem como de profissionais experientes, que farão palestras sobre suas especialidades. No período da manhã (das 8h às 12h), será discutida a gestão dos resíduos sólidos, expondo-se as diretrizes para a elaboração do plano de gerenciamento, o diagnóstico ambiental a ser realizado, a importância da mobilização comunitária e da educação

ambiental, apresentando-se casos bem-sucedidos. O período vespertino (das 13h às 18h) foi reservado para a análise da arborização urbana, focando-se a necessidade do planejamento prévio para evitar problemas futuros com a utilização de espécies inadequadas, a legislação ambiental específica para o assunto, expondo-se as tecnologias mais modernas disponíveis aos administradores públicos para a sua implementação.

pagador), subsídios específicos (protetor-recebedor), além da licença negociável.

Todas essas possibilidades devem estimular o desenvolvimento de programas relativos à gestão de resíduos mais sustentáveis pela sociedade. Além disso, cresce também a cons-

cientização de que os negócios relacionados à questão podem ser muito lucrativos. Em um estudo recente realizado no estado do Rio de Janeiro, que analisou a composição média dos resíduos da cidade concluiu-se que 96,30% do volume coletado poderiam ser reaproveita-

dos, ou seja, quase a totalidade do "lixo" poderia ser "transformada" em dinheiro.

Nesse sentido a atividade de separação e venda dos materiais recicláveis (plásticos, papel, vidros, metais, etc.) tornou-se foco de investimentos. Em São Paulo, por exemplo, a

maior geradora desses produtos no país, está investindo firmemente nessa área, com a ampliação da coleta desses resíduos, chamados de "secos", por meio de caminhões especiais, e, também, com a instalação de várias centrais mecanizadas de triagem, que contam com equipamentos importados, para complementar o trabalho das cooperativas de "catadores" em ação no município.

No Rio de Janeiro, surgiu também uma alternativa interessante: A "Bolsa Verde - BVRio". Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, que desenvolveu o mercado de créditos de logística reversa e já conta com mais de cem cooperativas e 3.500 catadores cadastrados, em quinze estados brasileiros. Uma das principais metas da iniciativa é promover a emancipação econômica de catadores de resíduos. Dentre as negociações realizadas, destaca-se a que envolveu o grupo Boticário e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, utilizando a plataforma eletrônica da bolsa, a BVTrade.

Outra política pública importante para o ambiente e para a comunidade diz respeito à arborização urbana. Seus benefícios são amplamente reconhecidos: além de valorizar a paisagem e oferecer sombra, reduz a poeira e as ilhas de calor, reduzindo as temperaturas e proporcionando bem-estar às pessoas.

Apesar dessas inúmeras vantagens, muitas vezes, as árvores podem causar problemas sérios, como, por exemplo, apresentar risco de queda e tornarem-se verdadeiras ameaças, pelos danos que podem causar às pessoas e ao patrimônio. Podem também ser obstáculos à mobilidade urbana e prejudicar a paisagem, quando recebem podas inadequadas. Por isso, a sua implantação requer planejamento prévio, obedecendo rigorosamente às normas técnicas para cumprir suas funções com segurança e eficiência.

Marcelo Machado Leão é Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciências Florestais e pós-doutorando pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Além de diretor técnico da Propark Paisagismo e Ambiente Ltda., é professor convidado da Esalq-USP, além de professor do MBA-Construções Sustentáveis (INBEC) e do PECEGE.